

# BOREALIS BRASIL S.A.

CNPJ nº 13.204.698/0001-09

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais)

BALANÇOS PATRIMONIAIS			
	Nota	2024	2023
<b>Ativos</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	7	91.509	97.485
Contas a receber de clientes	8	100.798	86.866
Estoque	9	93.938	62.403
Impostos a recuperar	11	13.909	17.271
Outros créditos		6.759	4.047
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>306.913</b>	<b>268.072</b>
Imposto de renda e contribuição social a compensar	10.a	4.461	6.351
Impostos a recuperar	11	404	5.848
Outros créditos		1.039	-
Depósitos judiciais	18	1.939	2.863
Ativo de direito de uso	12.a	1.477	1.189
Imobilizado	13	103.393	100.752
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>112.713</b>	<b>117.003</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>419.626</b>	<b>385.075</b>
<b>Passivos</b>			
Fornecedores	14	15.347	14.630
Partes relacionadas	16	23.377	6.483
Fornecedores - risco sacado	17	58.024	44.358
Impostos e contribuições a recolher		1.082	1.049
Salários, encargos e férias a pagar	15	8.157	6.355
Passivo de arrendamento	12.b	1.221	763
Dividendos a pagar		5.468	119
Outras contas a pagar		1.064	608
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>113.740</b>	<b>74.365</b>
Outras contas a pagar		126	35
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.b	9.792	11.055
Provisão para demandas judiciais	18	9.178	8.649
Passivo de arrendamento	12.b	359	530
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>19.455</b>	<b>20.269</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>133.195</b>	<b>94.634</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	19		
Capital social		94.744	94.744
Reserva de capital		53	53
Reservas de lucros		191.634	195.644
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>286.431</b>	<b>290.441</b>
		<b>419.626</b>	<b>385.075</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**1. Contexto operacional:** A Borealis Brasil S.A. ("Companhia") é uma sociedade de anônima de capital fechado, que tem por objetivo a produção e a comercialização de produtos petroquímicos, derivados e correlatos, inclusive, mas não limitado aos polietileno, polipropileno, compostos de polietileno, compostos de polipropileno de produção própria e de terceiros, compreendendo a fabricação, o processamento, a industrialização, a mistura, a importação, a exportação, a comercialização e a distribuição desses produtos; a prestação de serviços no setor petroquímico e correlatos, inclusive a execução de estudos, projetos e demais atividades para implantação, operação e gestão de instalações industriais em qualquer parte do País ou no exterior. O acionista controlador da Companhia é a Borealis AG com 80% das ações, e os 20% restantes pertencem a Braskem S.A. A sede da Companhia está localizada na Avenida Osvaldo Berto, 700, Itaboraí - São Paulo, onde também está sua unidade fabril. **2. Base de preparação:** **Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC) -** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas introduzidas pelos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 28 de fevereiro de 2025. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia, estão apresentadas na nota explicativa 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **(i) Julgamentos -** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota explicativa 17:** Operações de risco sacado; apresentação de valores relacionados a acordos de financiamento de fornecedores no balanço patrimonial e na demonstração dos fluxos de caixa. **(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nas seguintes notas explicativas: **• Nota explicativa 10.a:** Reconhecimento de ativos fiscais diferidos; disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferidos temporários devedores possam ser utilizados; **• Notas explicativas 18:** Reconhecimento e mensuração de provisões e provisão para processos judiciais; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das salidas de recursos; **(iii) Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de nível 3 com suporte direto do diretor financeiro. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tal como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **• Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; **• Nível 2:** Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); **• Nível 3:** Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo que o dado de nível mais baixo que é significativo para toda a medição. A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia de valor justo no final do período de relatório durante o qual a mudança ocorreu. **5. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto itens mensurados a valor justo quando indicado. **6. Principais políticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. **a. Moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio na data das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **b. Receita de contrato com cliente:** A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou que a Companhia espera receber pela venda de produtos no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, de eventuais abatimentos e dos descontos. As receitas de vendas são reconhecidas quando o controle, conforme definição do CPC 47 é transferido ao cliente, ou seja, quando todas as condições de reconhecimento são atingidas, que compreende o ato da entrega. A Empresa reconhece os efeitos de um contrato com um cliente somente quando todos os critérios a seguir forem atendidos: (a) Quando as partes do contrato aprovaram o contrato (por escrito, verbalmente ou de acordo com as práticas usuais de negócios) e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações; (b) Quando puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos; (c) Quando puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos; (d) Quando o contrato possuir substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da entidade se modifiquem como resultado do contrato); e (e) Quando for provável que a Companhia receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, a Companhia considera apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor da contraprestação quando devido. **c. Benefícios a empregados: Participação nas Lucros:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*). **d. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: **• Receita de juros:** Despesa de juros; **• Ganhos/perdas líquidas de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros:** A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao; **• Valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou do custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **e. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável exceto de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto**

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
		94.744	53	16.941	137.596	249.334	
Em 1º de janeiro de 2023						70.487	70.487
Lucro líquido do exercício							
Destinações:							
Reserva legal				2.008		(2.008)	
Retenção de lucros	19				51.360	(51.360)	
Dividendos mínimos obrigatórios						(17.119)	
Dividendos pagos s/lucros anos anteriores						(12.261)	
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>94.744</b>	<b>53</b>	<b>18.949</b>	<b>176.695</b>	<b>290.441</b>	
Lucro líquido do exercício						76.459	76.459
Destinações:							
Reserva legal							
Retenção de lucros					57.344	(57.344)	
Dividendos mínimos obrigatórios					13.647	(19.115)	(5.468)
Pagamento de juros sobre capital próprio						(13.647)	
Dividendos pagos s/lucros anos anteriores						(61.354)	
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>94.744</b>	<b>53</b>	<b>18.949</b>	<b>172.685</b>	<b>286.431</b>	

são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Instrumentos de dívida a VJORA:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. **Instrumentos patrimoniais a VJORA:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for designado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(iii) Desreconhecimento - Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando: **• Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram;** ou **• Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:** - Substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou - A Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil existente e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não tinham pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(iv) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **i. Redução ao valor recuperável (Impairment): (i) Ativos financeiros não-derivativos: Instrumentos financeiros e ativos contratuais -** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante líquido à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: **• Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço;** e **• Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.** As provisões para perdas com contas a receber de clientes (incluindo recebíveis de arrendamentos) e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se estiver com mais de 180 dias de atraso. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: **• É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma);** ou **• O ativo financeiro estiver devido há mais de 180 dias.** A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento" - **As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas -** As perdas de crédito de todos os passivos eventuais de tempo limitado ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. **• As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de passivos eventuais de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).** O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: **• Dificuldades financeiras significativas do devedor;** **• Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;** **• Reestruturação de um valor devido a companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;** **• A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira;** ou **• O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.** **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas na balanço patrimonial:** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de provisionar 50% do valor contábil bruto quando o ativo financeiro está devido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **(ii) Ativos não financeiros:** Em cada data de balanço, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (estoques e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. **J. Provisões:** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **K. Arrendamentos:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. **(i) Como arrendatário:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia alça em contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mas quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente a condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa taxa média de mercado sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo de ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: **• Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;** **• Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, in-**

	2024	2023
Provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber	70	471
Provisão para obsolescência de estoque	548	1.069
Provisão para participações nos lucros	4.966	3.523
Depreciação (i)	(45.115)	(41.777)
Provisão para demandas judiciais	9.178	8.649
Provisão para serviços prestados	1.010	303
PIS e COFINS sobre exclusão ICMS da base de cálculo	-	(5.110)
Outras provisões	542	358
	<b>(28.801)</b>	<b>(32.514)</b>
Alíquota combinada (34%)	34%	34%
	<b>(9.792)</b>	<b>(11.055)</b>

(i) Refere-se a diferença entre a despesa com depreciação com base na vida útil estimada e a depreciação calculada com base nos critérios fiscais. A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da solução final das contingências e outros eventos. A movimentação dos tributos diferidos, líquidos está demonstrada a seguir:

	2024	2023
<b>Saldo de impostos diferidos passivos em 1º/01/2023</b>		<b>(15.057)</b>
(-) Variação de diferenças temporárias		4.002
<b>Saldo de impostos diferidos passivos em 31/12/2023</b>		<b>(11.055)</b>
(-) Variação de diferenças temporárias		1.263
<b>Saldo de impostos diferidos passivos em 31/12/2024</b>		<b>(9.792)</b>

**c. Reconciliação da taxa efetiva do imposto de renda e contribuição social:** A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2024	2023
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	109.219	97.370
Alíquota fiscal combinada	(37.134)	(33.106)

(Adições) exclusões permanentes, líquidas  
Juros pagos sobre capital próprio  
Juros sobre créditos PIS e COFINS sobre exclusão de ICMS  
Outros

	2024	2023
Total	(32.760)	(26.883)
Imp e CSL corrente no exercício	(34.023)	(30.885)
Imp e CSL diferidos no exercício	1.263	4.002
	<b>(29.997)</b>	<b>(27.611)</b>

Alíquota efetiva  
**11. Impostos a recuperar:**  
Imp a recuperar  
ICMS a recuperar  
PIS e COFINS a recuperar  
ICMS sobre aquisição de ativo imobilizado  
PIS e COFINS sobre aquisição de ativo imobilizado

	2024	2023
Circulante	13.909	17.271
Não circulante	404	5.848

O saldo do Imp a recuperar é proveniente de créditos por compras de matérias-primas, materiais de embalagem e secundários em volume superior aos débitos gerados nas vendas locais, haja vista que maioria dos clientes possui direito a suspensão. A realização desses créditos se dará através pedido de restituição junto à Receita Federal realizado judicialmente através de Perdom. **12. Arrendamentos:** A Companhia aluga empilhadeiras, uma plataforma elevatória para área logística e carros para área administrativa. Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente os quais contêm termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos. **a. Ativos de direito de uso:**

	2024	2023
Equipamentos	20	136
Veículos	1.457	1.053
	<b>1.477</b>	<b>1.189</b>

**Movimentações do direito de uso:**  
Saldo em 1º de janeiro  
Novos contratos  
Amortização  
Baixas de contratos  
Saldo em 31 de dezembro

	2024	2023
Saldo em 1º de janeiro	1.189	2.056
Novos contratos	1.869	580
Amortização	(1.519)	(1.447)
Baixas de contratos	(62)	-
Saldo em 31 de dezembro	<b>1.477</b>	<b>1.189</b>

**B. Passivos de arrendamentos:**  
Circulante  
Não Circulante

	2024	2023
Circulante	1.221	763
Veículos	359	530
	<b>1.580</b>	<b>1.293</b>

**Movimentações:**  
Saldo em 1º de janeiro  
Adições  
Baixas  
Juros  
Pagamentos realizados  
Saldo em 31 de dezembro

	2024	2023
Saldo em 1º de janeiro	1.293	2.126
Adições	-	580
Baixas	1.869	-
Juros	117	166
Pagamentos realizados	(1.699)	(1.580)
Saldo em 31 de dezembro	<b>1.580</b>	<b>1.293</b>

**Saldos reconhecidos na demonstração de resultado:**

	2024	2023
Equipamentos	116	113
Veículos	1.403	1.334
	<b>1.519</b>	<b>1.447</b>

Des

(i) Aproximadamente 90% das compras de matérias-primas para a produção da entidade no exercício de 2024, foram realizadas com a parte relacionada Braskem S.A., Companhia com a qual a entidade mantém vínculo societário. As condições e os valores dessas transações foram formalmente acordados entre as partes, levando em consideração os preços de mercado.

**Remuneração do pessoal-chave da administração:** O pessoal-chave da administração inclui os diretores estatutários. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, foi de R\$ 1.984 (R\$ 2.901 em 2023), incluindo os encargos sociais. **17. Fornecedores - risco sacado:** A Companhia realiza operações de risco sacado com seu principal fornecedor, a Braskem. Os saldos desta transação compunham-se na data do balanço como segue:

	2024	2023
Operações de Risco Sacado	58.024	44.358
Fornecedores Pagos - Risco Sacado	454.470	371.946

**Média pagamento notas emitidas com risco sacado** 53 dias 62 dias  
**Média pagamento notas emitidas sem risco sacado** 37 dias 38 dias

As negociações comerciais de novas compras de produtos junto à Braskem S.A. são impactadas pela variação do ICS (Independent Chemical Information Service) e taxas cambiais, além de outros fatores, conforme contrato estabelecido entre as partes. O prazo de pagamento de compra dos produtos de 2023 e de 2024 foi de 60 dias, salvo os meses de março a outubro de 2024 e o prazo foi de 45 dias. O valor de juros reconhecido no resultado referente as operações de risco sacado em 2024 foi de R\$ 2.041 (R\$ 2.903 em 31 de dezembro de 2023). A Companhia participa de um contrato de financiamento da cadeia de suprimentos (Supply chain), no qual seus fornecedores podem optar por receber o pagamento de sua fatura antecipado por um banco, considerando os valores a receber da Companhia. Nos termos do acordo, um banco concordou em pagar os valores a um fornecedor participante em relação às faturas devidas pela Companhia e recebe liquidação da Companhia em uma data posterior. O principal objetivo deste contrato é facilitar o processamento de pagamentos e permitir que os fornecedores dispostos vendam seus recebíveis devidos pela Companhia a um banco antes da data de vencimento. A Companhia não desrespeitou os passivos aos quais o acordo se aplica, pois não houve uma baixa legal e nem o passivo original foi substancialmente modificado ao entrar no acordo. Da perspectiva da Companhia, o acordo não afetou significativamente as condições de pagamento além dos termos normais estabelecidos com outros fornecedores que não estão participando. A Companhia divulga os valores dessa transação como "Fornecedores - risco sacado", porque a natureza e a função do passivo financeiro permanecem os mesmos de contas a pagar, contudo divulga os valores desagregados na demonstração do resultado e em nota explicativa. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as contas a pagar no âmbito do financiamento da cadeia de suprimentos estão classificadas como circulante. Os pagamentos ao banco são incluídos nos fluxos de caixa operacionais porque continuam a fazer parte do ciclo operacional da Companhia e sua natureza principal permanece - ou seja, pagamentos pela compra de bens e serviços. **18. Provisão para demandas judiciais:** A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	2024	2023
Cíveis e Trabalhistas	5.757	5.603
Tributárias Federal	3.421	3.046

**Passivo não circulante** **9.178** **8.649**  
 (-) Depósitos Judiciais - trabalhistas (1.351) (1.995)  
 (-) Depósitos judiciais - tributárias (584) (855)  
 (-) Depósitos judiciais - cíveis (4) (13)

**Saldo das provisões líquidas dos depósitos judiciais** **7.239** **5.786**

	2023	2024
Saldo Inicial	5.603	952
Adição à provisão (*)	3.046	375
Pagamento	(393)	(405)
Reversão	(405)	(9.178)
Saldo Final	8.649	1.327

	2023	2024
Saldo Inicial	7.594	1.044
Adição à provisão (*)	2.200	847
Pagamento	(1.781)	(1.255)
Reversão	(1.255)	(8.649)
Saldo Final	9.794	1.891

(\*) Refere-se a formação de provisão e/ou correção monetária

	2023	2024
Saldo Inicial	7.594	1.044
Correção	2.200	847
Depósito	(1.781)	(1.255)
Transfêrência	(1.255)	(8.649)
Saldo Final	2.863	588

	2023	2024
Saldo Inicial	7.594	1.044
Correção	2.200	847
Depósito	(1.781)	(1.255)
Transfêrência	(1.255)	(8.649)
Saldo Final	2.863	588

	2023	2024
Saldo Inicial	7.594	1.044
Correção	2.200	847
Depósito	(1.781)	(1.255)
Transfêrência	(1.255)	(8.649)
Saldo Final	2.863	588

	2023	2024
Saldo Inicial	7.594	1.044
Correção	2.200	847
Depósito	(1.781)	(1.255)
Transfêrência	(1.255)	(8.649)
Saldo Final	2.863	588

	2023	2024
Saldo Inicial	7.594	1.044
Correção	2.200	847
Depósito	(1.781)	(1.255)
Transfêrência	(1.255)	(8.649)
Saldo Final	2.863	588

	2023	2024
Saldo Inicial	7.594	1.044
Correção	2.200	847
Depósito	(1.781)	(1.255)
Transfêrência	(1.255)	(8.649)
Saldo Final	2.863	588

	2023	2024
Saldo Inicial	7.594	1.044
Correção	2.200	847
Depósito	(1.781)	(1.255)
Transfêrência	(1.255)	(8.649)
Saldo Final	2.863	588

	2023	2024
Saldo Inicial	7.594	1.044
Correção	2.200	847
Depósito	(1.781)	(1.255)
Transfêrência	(1.255)	(8.649)
Saldo Final	2.863	588

	2023	2024
Saldo Inicial	7.594	1.044
Correção	2.200	847
Depósito	(1.781)	(1.255)
Transfêrência	(1.255)	(8.649)
Saldo Final	2.863	588

A Companhia é parte em outros processos trabalhistas, cíveis e tributários, avaliados pela Administração com suporte de seus assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 1.239 em 2024 (R\$ 1.353 em 2023), os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. **19. Patrimônio líquido: a. Capital social:** O capital social em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de 94.743.513 ações, ordinárias e sem valor nominal.

Acionista	Ações	Valor	Participação %
Borealis AG	75.794.811	75.795	80
Braskem S.A.	18.948.702	18.949	20
<b>Total</b>	<b>94.743.513</b>	<b>94.744</b>	<b>100</b>

**b. Reserva legal:** A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. O limite de 20% do capital social foi atingido no ano de 2023 quando a Companhia reconheceu o montante de R\$ 2.008 e desde então não constituiu reserva legal. **c. Reserva de retenção de lucros:** Conforme requerido pelo art.196 da Lei nº 6.404/76, complementada pela Lei nº 10.303/01, o saldo R\$ 172.665 refere-se à retenção de lucros acumulados nos últimos exercícios, para utilização na expansão da fábrica e do negócio da Companhia ou distribuição aos acionistas. **d. Remuneração aos acionistas:** O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia aprovou dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 19.115. Esse montante foi substancialmente distribuído em forma de juros sobre capital próprio (JCP) e liquidado o montante de R\$ 13.647 (R\$ 11.600 líquido de IRRF) no exercício de 2024. Adicionalmente, o Conselho da Administração da Companhia aprovou em 18 de outubro de 2024 a distribuição e pagamento de lucros retidos de anos anteriores no montante de R\$ 61.354 pagas em 08 de novembro de 2024. Também foi realizado o pagamento de saldo de dividendos a pagar registrado no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2023. A movimentação da distribuição dos dividendos está demonstrada a seguir:

	2024	2023
Lucro líquido - 2024	76.459	76.459
(-) Base de cálculo	76.459	76.459
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	19.115	19.115
(-) Retenção de lucros	57.344	57.344

Lucro líquido - 2023 70.487  
 (-) Reserva legal (2.008)  
 (=) Base de cálculo 68.479  
 Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (17.119)  
 (=) Retenção de lucros 51.360

	2024	2023
Venda de produtos	780.898	702.246
Impostos sobre as vendas	(170.203)	(155.353)
Devoluções e abatimentos	(309)	(183)
Receita operacional líquida	610.386	546.710

**21. Custo dos produtos vendidos e despesas operacionais por natureza:** A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2024	2023
Matéria-prima, insumos de	435.601	392.802
ferrolamental e materiais de uso e consumo	33.395	28.537
Gastos com pessoal	11.355	9.169
Depreciação	7.483	6.439
Serviços de terceiros	10.757	9.559
Energia elétrica, água e telefone	126	135
Aluguel	8.325	6.812
Fretes sobre vendas	144	49
Marketing	614	691
Seguros	1.016	648
Viagens	921	1.291
Outros	509.737	456.132

**Classificados como**  
 Custos dos produtos vendidos 481.068 427.901  
 Despesas com vendas e distribuição 11.802 10.769  
 Despesas administrativas e gerais 16.867 17.462

	2024	2023
Saldo Inicial	481.068	427.901
Adição à provisão (*)	11.802	10.769
Pagamento	(16.867)	(17.462)
Reversão	(509.737)	(456.132)
Saldo Final	509.737	456.132

**22. Outras receitas (despesas) operacionais:**

	2024	2023
a. Outras receitas:	342	1.128
Bônus de fornecedores	236	216
Venda de sucata	206	117
Outros	785	1.461

**Outras despesas**  
 Baixa de ativos (156) (121)  
 (156) (121)

	2024	2023
<b>23. Resultado financeiro:</b>		
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros	(179)	(285)
Varições mensuráveis passivas	(8.334)	(4.153)
Varições cambiais passivas	(196)	(34)
Outras Despesas bancárias	(693)	(438)
	<b>(4.902)</b>	<b>(4.910)</b>

	2024	2023
<b>Receitas financeiras</b>		
Juros	22	10
Varições monetárias ativas	11.479	9.845
Varições cambiais ativas	1.341	507
	<b>12.842</b>	<b>10.362</b>
	<b>7.940</b>	<b>5.452</b>

**Receitas financeiras, líquidas**  
**24. Plano de previdência privada:** A Companhia participa da VEXTY, entidade fechada de previdência privada, criada pela Odebrecht S.A., participando como uma de suas patrocinadoras conveniadas. Em 2024 a contribuição anual da patrocinadora foi de R\$ 449 (R\$ 423 em 2023). A VEXTY, proporciona aos participantes da empresa patrocinadora o Plano Optativo de contribuição definida, que consiste em um fundo individual de poupança para aposentadoria, no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes, e os mensais e anuais da patrocinadora. O Conselho Deliberativo da VEXTY, composto por 5 membros, sendo dois eleitos pelos participantes e assistidos, um indicado pela Braskem, um indicado pela Odebrecht Engenharia e Construção (OEC) e um indicado pela Odebrecht, define periodicamente, no Plano de Custeio, os parâmetros para as contribuições dos participantes e das companhias patrocinadoras. O Plano da Vexty, por ser um plano de previdência na modalidade Contribuição Definida (CD), não possui risco atuarial, sendo que neste caso, a renda a ser recebida pelo participante quando da sua elegibilidade, dependerá do montante por ele contribuído, das contrapartidas da companhia patrocinadora recebidas e da rentabilidade de seu plano no plano 25. **Instrumentos financeiros:** (i) **Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, liquidez e de fluxo de caixa e de taxa de câmbio. A diretoria tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. (ii) **Análise de risco: a. Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia, principalmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, conforme a seguir:

	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa (i)	7	91.509
Contas a receber de clientes (ii)	8	100.798
Outros créditos	6.759	4.047
	<b>200.160</b>	<b>188.398</b>

(i) A política de gestão de riscos determina que a Companhia avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como propostas de mitigação de risco. As estratégias de mitigação de riscos são executadas com o objetivo de reduzir os riscos com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos pela Companhia, tanto com terceiros, quanto com seus acionistas. As principais linhas das demonstrações financeiras sujeitas a risco com taxa de juros são: Caixa e equivalentes de Caixa - Como medida de proteção para os riscos desta natureza, a Companhia adotou a contratação de aplicações financeiras com taxas pré-fixadas e negociadas no momento da aplicação. As receitas financeiras apuradas no período já refletem o efeito de marcação a mercado dos ativos que compõem as carteiras de investimento no Brasil. (ii) A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de seus clientes. A características dos clientes da Companhia, assim como o acompanhamento dos prazos de vendas e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização das contas a receber. Não há histórico de perdas relevantes nas contas a receber e, em 31 de dezembro de 2024, 92% e 2023, 81% da totalidade dos títulos em aberto encontram-se a vencer. **b. Risco de taxa de câmbio:** O risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Os resultados da Companhia não estão suscetíveis a sofrer grandes variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio devido ao baixo volume de transações com moedas estrangeiras. Por outro lado, os preços de aquisição dos principais insumos utilizados no processo de produção são fortemente influenciados pelo indicador ICS (Independent Chemical Information Service) e taxas cambiais (Nota 13). Para mitigar riscos de preço dos insumos adquiridos, a Companhia monitora permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços dos insumos e negociando os preços de venda junto a seus clientes. A Companhia possui transações atreladas a moedas estrangeiras (Dólar americano e Euro) conforme demonstrado abaixo:

	Moeda	2024	2023
<b>Ativo</b>			
Contas a receber clientes exterior	Dólar	3.878	2.008
<b>Passivo</b>			
Fornecedores exterior	Dólar x Euro	(1.319)	(1.705)
		(303)	(303)

**Partes relacionadas:**  
 Borealis AG - Fornecimento de Matéria Prima Euro (1.085) (943)  
 (1.381) (943)  
 (94) (943)

O total a receber em transações com exterior em 2024 é de R\$ 7.772 (R\$10.055 em 2023), dos quais R\$ 4.538 são transações realizadas com clientes na Argentina onde a transação é realizada diretamente em reais. **c. Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as atividades contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A Companhia investe o excedente de

	2024	2023
Risco Sacado	58.024	44.358
Menss: Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	(91.509)	(97.485)
Divida líquida	(33.485)	(53.127)
Total do patrimônio líquido	286.431	290.561
Capital social integralizado	94.744	94.744

**26. Instrumentos financeiros por categoria:** Os ativos e passivos financeiros são classificados como ao custo amortizado. Ativos, conforme o balanço patrimonial 2024 2023  
 Caixa e equivalentes de caixa 91.509 97.485  
 Contas a receber de clientes 100.798 86.866  
 Outros créditos 6.759 4.047  
 199.066 188.398

Passivo, conforme o balanço patrimonial 2024 2023  
 Fornecedores 15.347 14.630  
 Fornecedores - risco sacado 58.024 44.358  
 Partes relacionadas 23.377 6.483  
 Dividendos a pagar 5.468 119  
 Outras contas a pagar 1.064 643  
 161.430 66.233

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Aos Conselheiros e Diretores da Borealis Brasil S.A. Borealis Brasil S.A. - Itaituba/SP. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Borealis Brasil S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Borealis Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações de compra de mercadorias é realizada com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa 16 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base em evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os